



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro
Diretoria Administrativa

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de “**EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS DIRETORIAS DA CEDAE**” na Região Metropolitana quanto na Região do Interior do Estado do Rio de Janeiro.

2. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DOS SERVIÇOS

2.1 Os serviços descritos no presente Termo de Referência têm por objetivo, atender as necessidades administrativas das diretorias da CEDAE.

2.2 Para analisar as melhores soluções atualmente realizadas pelo mercado no objeto desse serviço e análise das demandas internas, foram definidos os quantitativos e tipo de Motoristas Executivos que serão necessários para o atendimento às atividades administrativas na condução de veículos de Representação à disposição da CEDAE, envolvendo basicamente o transporte e deslocamento de Diretores e Assessores para atuar na prestação de serviços e outros trabalhos externos diversos.

2.3 O objeto desse serviço é de caráter continuado.

2.4 A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do art. 3º § 1º inciso IV do RILC.

3. ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

ITEM	CÓDIGO NO IFS	QUALIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. DE POSTO DE TRABALHO	QUANTI. DE MÃO DE OBRA
1	2115050017	CONDUTOR COM HABILITAÇÃO CATEGORIA "B", ATIVIDADE REMUNERADA, COM EXPERIÊNCIA	CONDUTOR DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA DIRETORIAS E ASSESSORES DA CEDAE - 44 HORAS SEMANAIS	UN	15	15

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

4.1 O critério de julgamento será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme previstos no art.54 da Lei nº.13.303/2016.

5. REQUISITOS MÍNIMOS PARA EXECUÇÃO

5.1 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a. Declaração de que não se encontra em situação de falência, ou insolvência;

b. Demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, exigíveis na forma da lei, com a comprovação, pelo particular, de índices Índices de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC), e solvência geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um), com a identificação do responsável pelos cálculos, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

c. A empresa que apresentar resultado igual ou menor que 01 (um) em qualquer dos índices relativos à boa situação financeira, deverá comprovar possuir patrimônio líquido não inferior a 10% do valor de sua proposta de preços;

d. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, apresentados na forma do §1º do art. 99 do RILC, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, com a comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor da proposta da licitante, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização por índices oficiais.

5.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a. Apresentação de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado informando que a empresa já executou objeto compatível em características, quantidades,

prazo, com o objeto pretendido na contratação;

- b. Para as contratações de obras e serviços (de engenharia e não engenharia): declaração da licitante/contratada informando que possui suporte técnico/administrativo, aparelhamento, instalações e condições adequadas, bem como pessoal qualificado e treinado, disponíveis para a execução dos serviços objeto da licitação.

6. TIPO DE CONTRATAÇÃO E REGIME/FORMA DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO

6.1 (☒) SERVIÇO:

6.2 (☒) de natureza contínua;

6.3 (☒) COM mão de obra alocada;

6.4 (☒) Regime de execução por preço unitário;

7. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1- O prazo para execução do objeto será de 24 (vinte quatro), contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento, (conforme cronograma físico ou conforme cronograma físico-financeiro).

7.2 O início da execução do serviço se dará em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data indicada na Ordem de Início.

7.3 O contrato poderá ter a sua duração prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o que preceitua o art. 71 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

8. LOCAIS DE ATENDIMENTO

8.1 Previsão dos locais de atendimento dos serviços que poderão ser alterados de acordo com as necessidades da CEDAE.

LOCAIS DE ATENDIMENTO DAS DIRETORIAS (LICITAÇÃO)				
ITEM	DIRETORIA	ENDEREÇO	MUNÍCIPIO	QUANT.
1	DPR	Av. Presidente Vargas nº 2655 - Cidade Nova	RIO DE JANEIRO	6
2	DFI	Av. Presidente Vargas nº 2655 - Cidade Nova	RIO DE JANEIRO	4
3	DTP	Av. Presidente Vargas nº 2655 - Cidade Nova	RIO DE JANEIRO	2
4	DJU	Av. Presidente Vargas nº 2655 - Cidade Nova	RIO DE JANEIRO	1
5	DSG	Av. Presidente Vargas nº 2655 - Cidade Nova	RIO DE JANEIRO	1
6	DDC	Av. Presidente Vargas nº 2655 - Cidade Nova	RIO DE JANEIRO	1
			TOTAL	15

9. GARANTIA CONTRATUAL

9.1 Será exigida prestação de garantia, nas contratações de obras, serviços e compras. A garantia exigida será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

10. POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

10.1 Não será permitido a subcontratação.

11. DO SEGURO E RESPONSABILIDADE CIVIL

11.1 Em caso de indenização integral, para veículos de responsabilidade da CEDAE ou para veículos de terceiros o valor pago deverá ser tomado como base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgada pelo site www.fipe.org.br. Fica vedada a utilização de qualquer outra tabela.

11.2 Responsabilidade Civil: I - Valor para indenização de danos materiais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais); II - Valor para indenização de danos pessoais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

11.3 Acidente por Passageiro: I - Valor para indenização morte por pessoa: 50.000,00 (cinquenta mil reais); II – Valor para indenização invalidez por pessoa: 50.000,00 (cinquenta mil reais).

11.4 Será também de responsabilidade da CONTRATADA os casos de avarias de menor monta, nos veículos de responsabilidade da CEDAE e de terceiros, ocorridos de forma involuntária, decorrentes de uso e casos fortuitos e que não ensejam na utilização dos serviços de seguradora.

12. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento será realizado em parcelas mensais e sucessivas no prazo de até 30 dias contados de cada período de adimplemento, considerando o cumprimento da etapa/parcela do serviço acompanhado de nota fiscal/fatura e da documentação.

12.2 A **CONTRATANTE** pagará mensalmente, em 24 (vinte e quatro) parcelas, à **CONTRATADA** o valor dos serviços executados no período, observando, como limite, os valores reservados para esta contratação.

12.3 Para efeito de pagamento a **CONTRATADA** encaminhará à Unidade administrativa da CEDAE, que fiscaliza o contrato, após cada período mensal, um relatório descritivo dos serviços que foram executados, o qual deverá ser aprovado pela referida Unidade.

12.4 Para elaboração do relatório mencionado no item 12.3, a CONTRATADA anotarà mensalmente, em documento apropriado, contendo as seguintes informações:

- a) A Base Administrativa das Unidades da CEDAE onde se encontram exercendo as atividades;
- b) Eventuais observações importantes;
- c) Horas extras, caso haja autorização;
- d) Faltas cometidas por motoristas e substituições de motoristas.

12.5 No caso de indisponibilidade dos motoristas e se a empresa não o substituir nos prazos previstos o valor da parcela mensal será reduzido proporcionalmente aos dias.

12.6 A CEDAE poderá descontar dos pagamentos das faturas as importâncias que lhe sejam devidas pela CONTRATADA que ocorrerá sempre após defesa do CONTRATADO.

12.7 Será considerado “adimplemento” a conclusão pela CONTRATADA de cada etapa (ou parcela) prevista no cronograma físico-financeiro acompanhada da apresentação de todos os documentos exigidos no contrato para a realização do correspondente pagamento.

12.8 O valor do contrato relacionado à mão de obra alocada com exclusividade para esta contratação poderá ser repactuado pelo índice homologado, conforme o caso, a cada período de 12 (doze) meses contados do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho utilizado pela CONTRATADA em sua proposta. A repactuação observará o descrito no art. 195 do RILC, bem como:

- a) Ao pleitear a repactuação, caberá à CONTRATADA a demonstração da variação salarial de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas;
- b) O requerimento da CONTRATADA deverá ser feito dentro do prazo de que trata o art. 198, inciso III do RILC, e deverá vir acompanhado de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o pedido;
- c) Não será permitida a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio;
- d) Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, a repactuação poderá derivar de lei estadual que fixe novo piso salarial para a categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.

12.9 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, ou ainda que não tenha sido possível à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, até a data da prorrogação contratual, por solicitação formal da CONTRATADA, a ser encaminhada à CEDAE, deverá ser

inserida cláusula no Termo Aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 Poderá ser utilizado pela empresa vencedora o regime de compensação de jornada de trabalho e banco de horas conforme estabelece o artigo 59, §§ 2º, 5º e 6º da Consolidação das Leis Trabalhistas e Súmula nº 146 do TST.

13.2 A definição dos dias para compensação das horas em excesso será acordada entre o Setor de Transporte e a CONTRATADA devendo a compensação ser realizada nos períodos em que houver menor demanda de serviço para não comprometer as atividades da CEDAE.

13.3 O cumprimento aos horários será de inteira responsabilidade do preposto da empresa CONTRATADA cabendo exclusivamente a ele a reposição de recursos humanos em casos de falta, interrupção de carga horária ou requisições de serviços suplementares.

13.4 A CONTRATADA será responsável exclusivamente pela designação dos serviços e deverá atender, dentre outros, os seguintes requisitos mínimos:

- a. O Motorista Executivo deverá possuir no mínimo CNH - Carteira Nacional de Habilitação Categoria “B” aptos a conduzir veículos com câmbio manual e/ou automático, dentro do prazo de validade emitida pelo DETRAN;
- b. Deve constar na Carteira Nacional de Habilitação dos motoristas executivos empregados pela Contratada os seguintes dizeres em campo específico “EXERCE ATIVIDADE REMUNERADA” (Incluído pela Lei nº 10.350/2001);
- c. Tempo mínimo de 6 (seis) meses de experiência, conforme art.442-A da CLT;
- d. Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- e. Ensino Médio;
- f. Ser pontual e assíduo ao trabalho;
- g. Deter equilíbrio emocional, habilidade de relacionamento interpessoal, polidez no atendimento e fino trato.

13.5 A CONTRATADA em caso de acidente com veículo de responsabilidade da CEDAE deverão orientar os motoristas, para ao deparar-se com uma situação de acidente de trânsito:

- a. Quando houver vítima prestar-lhe socorro imediato levando-a, se necessário, ao hospital mais próximo do local do acidente;
- b. Se o estado da vítima desaconselhar sua movimentação, chamar imediatamente o Corpo de Bombeiros ou outra instituição responsável pela prestação em acidente de trânsito;
- c. Comunicar o fato o mais rápido possível ao fiscal do Contrato;

- d. Caso o motorista não precise de atendimento médico deverá permanecer no local e conseguir, se possível, duas testemunhas;
- e. Em caso de fuga de outro envolvido identificar as características do veículo principalmente o número da placa;
- f. Não retirar o veículo acidentado do local sem prévia autorização do preposto da CONTRATADA, salvo se houver determinação legal em contrário ou de autoridade policial;
- g. Orientar seus empregados para não fazer acordo, sob hipótese alguma, com a outra parte envolvida no acidente;
- h. Obter o Boletim de Ocorrência Policial junto à Delegacia de Polícia;
- i. Encaminhar à fiscalização da CEDAE, o mais breve possível, cópia do Boletim de Ocorrência Policial acompanhado de relatório do fato;
- j. Apurar as causas, efeitos e responsabilidades, ainda que do acidente resultem unicamente danos materiais;
- k. Adotar as providências necessárias para imediato conserto do veículo caso o acidente tenha sido ocasionado por dolo ou culpa do motorista da CONTRATADA;
- l. Quando a responsabilidade pelo acidente for de terceiros fornecer a CEDAE todos os subsídios para acioná-los com vistas ao ressarcimento das despesas decorrentes.

13.6. A CONTRATADA deverá atender às despesas e encargos de qualquer natureza com o seu pessoal, necessários à execução do contrato, responsabilizando-se pelos encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, de acidente de trabalho e outras.

13.7. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo ressarcimento de quaisquer danos diretos, comprovados, causados a CEDAE na execução das obrigações assumidas, respondendo por perdas e danos pela infração cometida ou executada inadequadamente.

13.8. A CONTRATADA responderá às ações e/ou reclamações arguidas por terceiros contra os órgãos CEDAE e deverá arcar com os ônus decorrentes por prejuízos originados diretamente de causas imputadas aos veículos sob reponsabilidade da CEDAE excluídas as ações decorrentes de danos indiretos e lucros cessantes, às quais, comprovadamente não tiver dado causa.

13.9. A CONTRATADA deverá manter durante a vigência do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital o que será observado quando dos pagamentos.

13.10. A CONTRATADA deverá comunicar depois da ordem de início a data e horário da apresentação dos motoristas.

13.11. A CONTRATADA deverá prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CEDAE cujas reclamações se obriga a atender prontamente bem como dar ciência aos mesmos imediatamente e por escrito de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do Contrato.

13.12. A CONTRATADA deverá dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CEDAE no tocante ao fornecimento dos motoristas assim como ao cumprimento das obrigações previstas em Contrato.

13.13. A CONTRATADA deverá prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive, considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

13.14. A CONTRATADA deverá respeitar os processos de inspeção, verificação e controle adotados pela Fiscalização da CEDAE.

13.15. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente a CEDAE qualquer alteração ocorrida no endereço, na conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.

13.16. A CONTRATADA deverá respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho previstas nas normas regulamentadoras pertinentes.

13.17. A CONTRATADA deverá fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela CEDAE.

13.18. A CONTRATADA deverá manter, conforme a lei nº. 13.709/2018 - LGPD, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos veículos sob responsabilidade da CEDAE de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados sejam relacionados ou não com a prestação de serviços objeto do Contrato.

13.19. A CONTRATADA deverá possuir na ocasião da assinatura do contrato sede ou filial com capacidade administrativa e operacional no Município do Rio de Janeiro ou na Região Metropolitana do Rio de Janeiro inclusive com pessoal capacitado para a perfeita execução dos serviços onde deverá ser atestado e verificado pela Comissão de Fiscalização através de comprovante de endereço comercial e capacidade técnica. Caso haja necessidade a Comissão de Fiscalização fará visita técnica a empresa.

13.20. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico 24 horas por dia, inclusive fins de semana e feriados através de Serviço de Atendimento por telefone e Internet.

13.21. A CONTRATADA deverá apresentar a CEDAE relação dos motoristas executivos e seus substitutos, se houver, acompanhados de cópia da identidade, CPF, habilitação, comprovante de residência, comprovante de vínculo empregatício e comprovante de experiência dos motoristas.

13.22. A CONTRATADA deverá utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados em conformidade com as normas e determinações em vigor.

13.23. A CONTRATADA deverá observar a jornada de trabalho do motorista obedecendo aos princípios estabelecidos pela Legislação Trabalhista vigente, e, quando couber, aqueles

estabelecidos em Acordo Coletivo do Sindicato da Categoria.

13.24 CONTRATADA deverá realizar o Controle de Jornada de trabalho do motorista executivo através de Folha de Ponto acompanhando diariamente seu correto preenchimento e encaminhando relatório ao fiscal do contrato no final do mês.

13.25 A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no contrato.

13.26 A CONTRATADA deverá exercer rígido controle com relação à validade da CNH - Carteira Nacional de Habilitação de cada motorista executivo verificando se a categoria é compatível com os serviços prestados.

13.27 O motorista que se tornar indisponível para a prestação de serviço por qualquer motivo deverá ser substituído pela CONTRATADA no prazo máximo de 02 (duas) horas a contar da comunicação (e-mail, whatsapp ou ligação telefônica).

13.28 A Prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

13.29 A “visita técnica” ou “vistoria técnica” tem como objetivo viabilizar ao licitante amplo conhecimento das especificidades locais, propiciando condições mais concretas para a apresentação das propostas. Diante disso, a CEDAE entende que será facultativo a empresa LICITANTE o atendimento a este item.

14. DO PREPOSTO

14.1 A CONTRATADA deverá manter preposto durante o período de vigência do contrato para representá-lo administrativamente e operacionalmente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração de que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade.

14.2 O Preposto uma vez indicado pela empresa deverá apresentar-se a unidade fiscalizadora, em até 5 (cinco) dias úteis após a Ordem de Início para tratar dos assuntos pertinentes à implantação de postos e execução do contrato relativos à sua competência.

14.3 A empresa orientará o seu Preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Fiscalização inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho.

14.4 O Preposto deverá coordenar a execução dos serviços de forma a obter um resultado eficaz

mantendo os serviços sempre em perfeita ordem e deverá ter contato permanentemente com a Comissão de Fiscalização da CEDAE sobre a execução do contrato;

14.5 Receber, ouvir e dar solução às pendências apresentadas pela CEDAE.

14.6 O deslocamento do Preposto nas bases da CEDAE deverá ser de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, obrigatoriamente em veículos da CONTRATADA, sem ônus para CEDAE.

14.7 O Preposto deverá possuir telefone móvel com pacote de dados no mínimo 3G com câmera fotográfica e computador/netbook com acesso à internet fornecido pela CONTRATADA para uso de suas atribuições.

15. CONTROLE DE JORNADA DO MOTORISTA

15.1 A CONTRATADA deverá prestar serviços de Controle de Jornada para motoristas.

15.2 A CONTRATADA deverá gerar relatórios para o acompanhamento da CEDAE, preferencialmente a Folha de Ponto, acompanhando, diariamente seu correto preenchimento, e encaminhando relatório ao fiscal do contrato no início do mês até o 5º dia útil.

15.3 A CONTRATADA deverá enviar planilha de medição juntamente com as folhas de ponto dos colaboradores assinadas pelo responsável da CONTRATADA com carimbo de identificação do responsável da empresa.

16. DAS MULTAS DE TRÂNSITO

16.1 Quando houver infração de trânsito praticada por seus empregados na condução dos veículos sob responsabilidade da CEDAE a CONTRATADA deverá observar o seguinte:

- a. As multas serão encaminhadas à CONTRATADA, que deverá providenciar a indicação do real infrator, inclusive quando for pertinente acessar e indicar o real infrator através do Portal Carioca Digital e/ou outros Portais que se faça necessário, num prazo máximo de 05(cinco) dias, a contar da data da apresentação da notificação de infração de trânsito;
- b. No caso em que um mesmo condutor for reincidente no cometimento de infrações de trânsito ou dependendo da gravidade da falta, a CEDAE poderá solicitar sua substituição à CONTRATADA, sem qualquer ônus adicional;
- c. A CEDAE descontará dos pagamentos das faturas as importâncias relativas as multas de trânsito ocorrendo sempre após defesa prévia da CONTRATADA.

17. DOS MOTORISTAS

17.1 Os colaboradores da CONTRATADA por ela recrutado terá inteira e exclusiva

responsabilidade e será designado para a execução dos serviços, devendo atender, dentro outros, os seguintes requisitos mínimos:

- a. Manter o veículo sob sua responsabilidade em perfeito estado e satisfatórias condições de funcionamento, comunicar ao Setor responsável da CEDAE qualquer irregularidade;
- b. Comunicar ocorrência de fatos e avarias relacionadas com o veículo sob sua responsabilidade;
- c. Manter o veículo abastecido e com as revisões atualizadas;
- d. Ser pontual no atendimento às solicitações de saída para executar as tarefas que lhe forem atribuídas;
- e. Permanecer nos postos de serviço durante a jornada de trabalho à disposição do usuário e atender as tarefas solicitadas pelo responsável pelos serviços de transporte;
- f. Vistoriar os veículos verificando o estado geral de segurança do veículo a ele confiado. Devendo diariamente inspecionar os componentes que impliquem em segurança, tais como: pneus, nível de combustível, água e óleo do cárter, freios e parte elétrica, dentre outros, para certifica-se de suas condições de funcionamento além de conduzi-lo para lavagem, oficina e abastecimento, quando necessário;
- g. Obedecer às normas emanadas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, na condução do veículo;
- h. Não prestar informações sobre endereços, hábitos e costumes dos passageiros transportados;
- i. Não ingerir bebidas alcoólicas. Em hipótese alguma, quando em serviço;
- j. Utilizar e solicitar aos passageiros o uso do cinto de segurança;
- k. Não iniciar conversações com os passageiros (somente quando solicitado) e, zelar pela segurança deles;
- l. Não fumar ao conduzir os veículos;
- m. Nunca parar os veículos por solicitação de estranhos;
- n. Não ligar rádio e ar-condicionado sem a concordância do passageiro;
- o. Atender com respeito e cortesia todos os passageiros transportados demonstrando interesse pelo serviço executado;
- p. Respeitar os limites de velocidade das vias públicas, áreas internas, externas e de estacionamento da CEDAE e de outros órgãos;
- q. Não atender e nem falar ao celular ao conduzir os veículos;
- r. Não desobedecer às determinações do Setor de Transporte;
- s. Diminuir a velocidade e aumentar a atenção quando estiver chovendo;
- t. Manter atenção redobrada nas proximidades de controles eletrônicos de trânsito, faixas de

pedestres e colégios;

u. Não deixar o veículo na rua, desacompanhado ou sem a necessária vigilância. Casos extremamente excepcionais serão discutidos com a Gerência de Transporte e Logística.

v. Manter sigilo sobre informações que por qualquer meio venham a ter acesso, referentes a Gerência de Transporte e Logística, Presidência, Conselheiros, profissionais, colaboradores ou quaisquer outras que pela sua natureza não devam ser divulgadas;

w. Evitar arrancadas e freadas bruscas;

x. Nunca utilizar o veículo para fins particulares;

y. Manter-se sempre atento quando estiver com o veículo estacionado aguardando o passageiro.

18. DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

18.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar para os colaboradores os benefícios: Assistência Odontológica de acordo com a CCT em vigência se houver previsão.

18.2 Manter em favor dos empregados engajados nos serviços, durante todo o período de vigência do contrato, Plano de Saúde Médico-Hospitalar (do tipo coletivo empresarial) com abrangência em todo estado do Rio de Janeiro, com operadora devidamente inscrita na Agência Nacional de Saúde - ANS, devendo a CONTRATADA arcar com as despesas de suas mensalidades, não podendo o repasse das mesmas aos empregados, exceder a 10% (dez por cento) dos custos decorrentes. A CONTRATADA encaminhará trimestralmente ou quando solicitado, o relatório e comprovação de inscritos e usuários do Plano de Saúde, que deverá ter uma boa rede de atendimento do estado do Rio de Janeiro.

19. COMPOSIÇÃO SALARIAL

19.1 Em decorrência da natureza dinâmica do serviço a ser contratado, a base salarial utilizada como parâmetro foi a da Convenção Coletiva de Trabalho registrada no MTE sob o nº. RJ001635/2023 de 3 (três) pisos salariais da categoria de motorista de carro de passeio até 7 passageiros que abrangerá a(s) categoria(s) de Profissional dos Motoristas e Trabalhadores em Empresas de Transporte de Passageiros, de cargas, de Logística e Diferenciados, com abrangência territorial no município do Rio de Janeiro, flexibilização do início e término da jornada de trabalho uma vez que o contratado terá de lidar com as peculiaridades de Diretores e Assessores de uma empresa em que suas responsabilidades incluem, sigilo com as informações, resolver e tomar decisões importantes, gerenciar os recursos e operações gerais de uma organização e atuar como o ponto central de comunicação entre o operacional e o conselho de administração.

20. DAS HORAS-EXTRAS

20.1 Os motoristas executivos deverão se apresentar em horário flexível a ser determinado pela CEDAE previamente para a execução dos serviços em regime de 44 horas semanais.

20.2 Os motoristas executivos trabalharão em regime de 44 horas semanais, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, estando incluída, no mínimo 01 (uma) hora de almoço, podendo fazer horas extras diárias e noturnas, executar jornada de trabalho aos sábados, domingos e/ou feriados por necessidade de serviços a ser definido pela CEDAE, em acordo com a legislação vigente e considerando a Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho utilizado pela empresa.

20.3 Estimamos a dinâmica e quantidade de horas extras descritas a seguir. Porém, lembramos que se trata de previsões, que têm como objetivo dar panorama da contratação para os licitantes e formar o preço de referência mais próximo do real. Os trabalhos poderão ser solicitados de forma diferente do aqui estimado, mas limitando-se ao máximo do a seguir estipulado, e serão pagos conforme solicitados pela CEDAE e efetivamente executados pelo terceirizado.

20.4 Para elaboração da Planilha de Custos e Formação de preços, deverá ser considerada o valor total das quantidades de horas extras e pagamentos adicionais mensais por Posto de trabalho, a saber:

a. Horas extras diurnas;

ü Por posto de trabalho, mensal = 44 horas;

ü Para 15 posto de trabalho, mensal _ = 660 horas;

ü Quantidade de horas para 24 meses = 15.840 horas;

ü 15.840 (quinze mil, oitocentos e quarenta) horas extras diurnas, durante todo o período contratual de 24 meses;

b. Horas extras noturnas;

ü Por posto de trabalho, mensal = 07 horas;

ü Para 15 posto de trabalho, mensal _ = 105 horas;

ü Quantidade de horas para 24 meses = 2.520 horas;

ü 2.520 (dois mil, quinhentos e vinte) horas extras noturnas, durante todo o período contratual de 24 meses;

c. Horas extras em domingos e feriados;

ü Por posto de trabalho, mensal = 16 horas;

ü Para 15 posto de trabalho, mensal _ = 240 horas;

ü Quantidade de horas para 24 meses = 5.760 horas;

ü 5.760 (cinco mil, setecentos e sessenta) horas extras em domingos e feriados, durante todo o período contratual de 24 meses.

20.5 Quadro resumo para estimativa de horas extras com o objetivo de elaboração da planilha de custo e formação de preços.

	Estimativa de HORAS EXTRAS por posto de trabalho	Quant. de posto de trabalho	Tempo contratual (meses)	Estimativa de HORAS EXTRAS para elaboração da Planilha de Custa e Formação de Preços
Horas extras diurnas	44	15	24	15840
Horas extras noturnas	7	15	24	2520
Horas em domingos e feriados	16	15	24	5760

20.6 O excedente de horas extras referente ao item 20.5, deverá ser adotado o regime de compensação previsto no parágrafo 2º do art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

21. DA POSSIBILIDADE DE VIAGENS

21.1 No atendimento à demanda do serviço, poderá haver, eventualmente a necessidade dos Motoristas Executivos pernovernarem nos locais que integrem o trajeto ao destino solicitado.

21.2 O pernoite deverá ser justificado, para controle, inclusive constando nome, função e matrícula e assinatura do usuário da CEDAE responsável.

21.3 De acordo com autorização da CEDAE, a CONTRATADA deverá efetuar o pagamento dos valores das despesas com diárias dos motoristas executivos que estarão em viagens à serviço da CEDAE no prazo máximo de 01 (um) dia antes da viagem. O valor das diárias devidas deverá considerar a Convenção Coletiva de Trabalho.

21.4 O ressarcimento do valor das despesas com diárias dos motoristas executivos, a ser feito em favor da CONTRATADA, será feita mediante a emissão de nota fiscal e/ou recibo mensal individualizada dos serviços prestados, acompanhada de planilha discriminatória das viagens para a devida comprovação.

21.5 O profissional quando destacado para viagem de curta ou longa duração com ou sem pernoite, será considerado como em serviço externo, não tendo direito a horas extras.

21.6 O total mensal de pagamentos das diárias de viagens a cada profissional não poderá ultrapassar o limite de 50% (cinquenta por cento) do salário, devendo a CONTRATADA organizar a escala de seus profissionais de maneira a não infligir este limite.

22. DO ABASTECIMENTO

22.1 A CONTRATADA não fornecerá combustível, porém, será responsável pelo cumprimento das normas estabelecidas pela CEDAE em relação ao abastecimento feito pelos condutores.

22.2 A cada condutor será dedicado uma senha única e exclusiva para abastecer o veículo sendo que deverá ser assinado um termo de responsabilidade.

22.3 Quaisquer irregularidades encontradas serão auditadas pela CEDAE, e a CONTRATADA ficará responsável pelo seu condutor quando comprovada a má fé no abastecimento.

22.4 Será de responsabilidade da CONTRATADA as irregularidades no abastecimento dos veículos pelo condutor, após apurada e comprovada as irregularidades e dado o contraditório e ampla defesa o desconto do valor será realizado na fatura da prestação do serviço.

23. ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇOS – ANS

23.1 O Acordo de Nível de Serviço, define os níveis de qualidade esperados na prestação do serviço especificando-se os indicadores e instrumentos de medição que serão adotados, a definição das metas e as respectivas adequações no pagamento pelo não atendimento as metas estão previstas em anexo específico do edital de licitação – Anexo A da minuta de contrato.

24. PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

24.1 Na formação da planilha de custos e formação de preços, devem ser indicados os valores de todos os componentes de custo, inclusive o somatório das horas extras indicadas no quadro resumo do item 20.5, de modo que o preço cotado viabilize a execução do encargo. As propostas devem consignar valores exequíveis, ou seja, capazes de viabilizar economicamente a execução do encargo.

24.2 Para os itens de custos cujo valores não sejam definidos por lei, caberá à licitante cotar valores de mercado, conforme sua estratégia e realidade empresarial.

24.3 Na elaboração das propostas deverão ser considerados todos os custos diretos e indiretos, assim como todas as despesas necessárias para a execução do serviço de responsabilidade da CONTRATADA.

24.4 Será necessário o preenchimento da planilha de custos onde esta deverá refletir o efetivo encargo financeiro que decorrerá dos componentes de custos que oneram a execução do serviço, de modo a tornar factível a análise e aceitabilidade/exequibilidade de sua proposta, conforme

modelo constante em anexo do Edital – Anexo B.

24.5 A indicação dos sindicatos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

24.6 A função de motorista está prevista no Código Brasileiro de Ocupações (CBO) sob nº. 7823-05.

24.7 A planilha de custos e de formação de preços relativa ao profissional objeto da contratação dos serviços licitados deverá conter indicação dos sindicatos, Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho e Leis/Normativos vigentes, que regem essa categoria e as respectivas datas bases e vigências, com base no Código Brasileiro de Ocupações – CBO.

25. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

A contratação é necessária a formalização do Contrato da CEDAE.

Elaborado por:

Celso Soares Silva
Coord. de P. C. e Custos – DFI-5511
Reg.: 0-013301-9 - CEDAE

Autorizado por:

Iguassu Costa Pinto
Assessor I – DFI-5
Reg.: 0-003804-1 - CEDAE

Rio de Janeiro, 21 maio de 2024



Documento assinado eletronicamente por **Celso Soares Silva, Gerente**, em 20/06/2024, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Iguassu da Costa Pinto, Assessor**, em 20/06/2024, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **77184353** e o código CRC **82BA0088**.